

Impresso
Especial

9912290136/2012-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ISSN 0102-0374

Curitiba, v.34, n.3-4, março/abril 2012

sumário

- 3 DIMINUIÇÃO DOS *SPREADS* E REFORMA FINANCEIRA
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 ASPECTOS DA PROTEÇÃO À INDÚSTRIA AUTOMOTIVA NO BRASIL
Guilherme Amorim e Matthew Fry
- 10 RESULTADOS PRELIMINARES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARANAENSE EM 2012
Francisco José Gouveia de Castro
- 13 ETHANOL: POTENTIAL FOR US/BRAZIL COOPERATION
Matthew Fry
- 17 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 21 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO (*Editor*)

Equipe

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA BATISTA MARTINS (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

No começo do mês de abril de 2012, o ministro da Fazenda do Brasil, o economista Guido Mantega, retornou de uma breve incursão internacional, centrada na feita de críticas contundentes à guerra cambial, ou à forte depreciação do dólar frente às demais moedas, provocada pela atitude dos bancos centrais das nações avançadas em irrigar as entidades financeiras com divisas fortes, visando à retirada dos mercados da situação recessiva na qual mergulharam desde o último trimestre de 2008.

Na ocasião, a presidente Dilma orientou o titular da pasta econômica a iniciar uma ofensiva para interferir na redução do preço e na ampliação da disponibilidade de capital bancário para o sistema, perseguindo, de forma ferrenha, a ativação de expedientes capazes de promover o decréscimo dos juros, particularmente dos enormes *spreads* bancários.

Ao fazer isso, a mandatária do País reconhecia, ainda que de maneira velada, que os efeitos das medidas de desoneração fiscal, contidas na versão 2012 do Programa Brasil Maior, e de majoração da carga tributária sobre bens importados poderiam esbarrar no elevado custo e na insuficiência do crédito, especialmente para capital de giro das empresas e consumo das famílias.

Antes de mais nada, é conveniente mencionar que, embora representando o dobro do apurado em 2004, o estoque de crédito (recursos livres e direcionados, abrangendo as linhas habitacionais, rurais e as do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no Brasil estaria em 49,3% do produto interno bruto (PIB) em março de 2012, segundo o Banco Central (BC), nível bastante aquém da média mundial, que é superior a 100,0%, e próximo de 150,0% assinalado nos mercados emergentes.

Já os *spreads* equivalem ao hiato entre as taxas de juros cobradas dos tomadores finais dos recursos e as despesas incorridas pelas instituições financeiras com a captação dos mesmos, que teria suplantado a marca de 28,0% ao ano, contra 2,0% a.a., da média mundial, e 1,5% a.a., dos emergentes. Isso significa que os juros nominais médios no Brasil estariam em quase 40,0% a.a., se forem considerados os dispêndios de arregimentação de haveres próximos a 9,0% a.a., em linha com a taxa do sistema especial de liquidação e custódia (Selic) ou do mercado interbancário, ou de cerca de 3,0% a.a., quando tomados nas praças internacionais.

A fragmentação dos *spreads*, com base nas informações colhidas dos balanços de um painel de entidades financeiras, permite identificar uma matriz formada por margem líquida (32,7%), recursos provisionados para inadimplência (28,7%), impostos diretos (de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, 21,9%), custos administrativos (pessoal e operacionais, 12,6%) e compulsórios (recolhimento junto ao BC, acrescidos de subsídios cruzados ao setor rural e ao segmento habitacional, dos encargos fiscais e da contribuição ao fundo garantidor de crédito, 4,1%).

De acordo com o BC, os recolhimentos compulsórios absorvem 43,0% dos depósitos à vista (com adicional remunerado de 12,0%) e 20,0% dos recursos aplicados a prazo (entre 10,0% e 12,0% de acréscimo com rendimento). Ainda conforme o banco Credit Suisse, a parte da renda dos consumidores destinada à cobertura de encargos financeiros (juros e amortizações dos empréstimos) subiu de 19,8% para 22,7% entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011.

Em idêntico sentido, a inadimplência (atrasos nos pagamentos superiores a 90 dias) das famílias, que é agravada pelos *spreads*, chegou a 7,4% em março de 2012 – contra 7,6% em fevereiro, correspondendo à primeira contração desde dezembro de 2010 –, ainda bem acima dos 6,0% observados no mesmo mês do ano anterior, apesar da ocorrência de acentuada elevação da massa de salários (emprego e remunerações). Para o Itaú Unibanco, o retardo nos pagamentos estaria em 6,7%, o maior nível desde março de 2010, e para o Bradesco em 6,3%, o mais elevado desde junho de 2010.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

O mais grave, porém, é que estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI), preparados no começo do atual decênio, comprovam a condição brasileira de cobrança dos mais ultrajantes *spreads* entre 102 países investigados, determinada pela diminuta concorrência travada entre as entidades, a despeito do ingresso de relevantes bandeiras estrangeiras no *front* interno desde a liberalização financeira verificada no decênio de 1990.

Acrescente-se a influência exercida pela enorme magnitude das taxas de juros primária (Selic) que, por ampararem a rolagem do enorme passivo de curto prazo do governo federal, configuram apreciável barreira à retração do preço final do dinheiro. Apesar de terem sido concebidos para propiciar a gestão da liquidez do sistema econômico, os papéis do governo constituem ativos de primeira linha, indicando o piso da rentabilidade do mercado financeiro, devido à sua pronta liquidez e à plena garantia de recompra.

Antes da crise de 2008, os bancos públicos praticavam spreads maiores que as instituições privadas no Brasil

Outro aspecto curioso, levantado pelo BC antes do colapso mundial de 2008, reside no fato de que os conglomerados públicos praticavam *spreads* superiores aos dos privados em razão de desfrutarem de menores despesas com captação, por hospedarem as contas das diferentes instâncias de governo, principalmente a folha de salários dos servidores, e os depósitos judiciais.

Aliás, a oligopolização do sistema bancário do País foi edificada com a reforma financeira dos anos 1960, que facilitou os processos de fusões e aquisições, e sacramentada com o estreitamento do canal de multiplicação dos lucros inflacionários (*floating*), a partir de 1994, produzido pelo lançamento e consolidação do Plano Real. Igualmente relevantes foram as escoras consubstanciadas nas operações de socorro aos entes públicos (Proes) e privados (Proer) e a deflagração de processos de federalização e desestatização.

Por certo, tais fenômenos ensejaram, também no segmento financeiro, a perseguição de pronunciadas economias de escala. De um lado, assistiu-se ao salto nas receitas, proporcionado pela elevação quantitativa e monetária das operações e a introdução e imposição de exagerado pacote de tarifas. De outro, identificou-se a redução dos custos médios dos serviços, derivada da introdução de avanços tecnológicos e do enxugamento da rede de agências, com o fechamento das menos rentáveis, cuja ineficiência fora encoberta, por muito tempo, com os ganhos derivados da inflação. Apenas a título de ilustração, o peso das 10 maiores instituições na absorção de ativos e nas transações de crédito passou de 50,8% do total em 1996 para 80,9% em 2010.

Voltando à queda de braço entre o executivo federal e os bancos, mirando a descida dos *spreads*, é oportuno frisar que o espetáculo preliminar foi marcado pela iniciativa do primeiro em insistir na necessidade premente da diminuição da rentabilidade do segundo ator. No mesmo evento, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) reagiu de um jeito hostil, entregando, ao ministro da Fazenda, um confortável rol de 20 propostas, lideradas pela redução da cunha de impostos e dos recolhimentos compulsórios, destacando, nas afirmações do próprio presidente daquela entidade, que “a bola agora está com o governo”.

De pronto, a Fazenda não apenas rechaçou as recomendações efetuadas como determinou às duas financeiras estatais sob controle federal, precisamente o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF), o desencadeamento de um movimento de retração dos juros, sustentado em campanhas publicitárias, na tentativa de obtenção de reação semelhante das agências privadas (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e HSBC), sob pena de estas virem a perder participação nas operações de empréstimos e financiamentos e até a sofrer migração de correntistas (empresas e pessoas físicas).

Até o começo de maio de 2012, o que se observou foi o acréscimo da seletividade na concessão de empréstimos, caracterizado pelo declínio pontual das taxas mínimas (não médias) cobradas de uma fração específica de clientes com perfil considerado preferencial (de menor risco de não pagamento) das próprias instituições, com maior potencial de oferta de reciprocidades, e a caça daqueles dispostos a deslocar operações abrigadas nos bancos concorrentes, acompanhada de um grupo apreciável de exigências, a começar pelo deslocamento da conta salário.

A queda se restringiu também às linhas já consideradas menos escorchantes, como as modalidades em consignação, garantidas por desconto na folha de proventos do mutuário, ou residuais, como o financiamento de veículos, assegurado pela possibilidade de retomada do bem e pela maior competição, magnificada pela presença dos bancos vinculados às montadoras.

Essencialmente, a inquietação dos intermediários financeiros com a queda dos *spreads* está assentada na certeza de declínio do retorno patrimonial, inclusive do BB, cujas estratégias abrangem firme atuação no mercado de ações. No fundo, o corte mais saliente ocorreu no cartão de crédito azul para a conta salário da CEF, que desceu de 12,86% a.a. para 2,85% a.a.

Em linha com a desaceleração da inflação e a flagrante letargia da atividade industrial – consequência do emprego dos juros elevados e das medidas macroprudenciais entre outubro de 2010 e julho de 2011 –, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC promoveu nova diminuição da taxa Selic, no encontro de abril de 2012, de 9,75% a.a. para 9,0% a.a.

Com isso, a taxa básica do País aproximou-se do piso de 8,75% a.a., registrado entre julho de 2009 e abril de 2010 – por ocasião da tentativa de mitigação dos desdobramentos do primeiro tempo da crise financeira externa e de recuperação da demanda doméstica brasileira – e constituindo a menor dimensão real da história recente (3,4% a.a.), cedendo, para a Rússia, a liderança no certame mundial de juros (4,2% a.a.). Lembre-se que o BC realizou sete diminuições na Selic em oito meses, acumulando recuo de 3,5 pontos percentuais desde agosto de 2011, quando se situava em 12,5% a.a.

Contudo, mesmo reconhecendo a exorbitante rentabilidade contabilizada pelos bancos no Brasil, quando confrontada com os padrões internacionais ou com a auferida pelos ramos produtivos na frente doméstica, é evidente a premência de maior contribuição direta do governo no esforço de barateamento do crédito, afastamento de riscos de formação de endividamento excessivo e de precipitação de bolhas de inadimplência e melhoria da produtividade do sistema.

Sem ser exaustiva, a pauta reservaria, à orientação macroeconômica, a criação de espaços institucionais para o decréscimo dos tributos e das despesas previdenciárias, incidentes sobre o preço final do crédito, e dos recolhimentos compulsórios. Com isso, poderiam ser restabelecidos os circuitos de plena irrigação de liquidez (a menor custo) ao aparelho de negócios.

Em paralelo, seria imprescindível o reforço de providências administrativas e legais atreladas à elevação da segurança dos negócios financeiros e à minimização dos perigos de não recebimento de passivos. Para tanto, urge a aplicação efetiva de alguns aprimoramentos microeconômicos, como a regulamentação do cadastro positivo, aprovado em 2010; a lei de falências; a alienação fiduciária; a portabilidade de dívidas (transferência de débitos para instituições que apresentem condições mais vantajosas), além da propagação de expedientes de educação financeira para a otimização dos orçamentos dos agentes sociais.

Porém, é prudente recordar que, em sendo uma mercadoria, a demanda, a oferta e o preço do crédito são regulados pelas forças do mercado, ainda que este seja imperfeito. No caso brasileiro, o comportamento da microeconomia bancária é afetado, em grande medida, pela colossal presença do setor público, que abocanha mais da metade dos haveres captados pelos conglomerados, para a rolagem da dívida mobiliária do governo a taxas superiores a 9,0% a.a., referenciadas pela Selic, e pelas transações de sobra e falta de caixa no interbancário.

Por essas circunstâncias, é fácil perceber que a inflexão dos juros no Brasil, no rumo da magnitude em que estes são praticados nas nações avançadas, só virá com a implantação de pelo menos dois ingredientes de avanços.

O primeiro deles repousa no recuo estrutural dos dispêndios públicos correntes – inclusive dos subsídios implícitos no crédito direcionado, que absorve 1/3 do montante de financiamento contra 1/4 em 2008 – para que o governo deixe de ser estrela de primeira grandeza na constelação dos demandantes dos recursos públicos e privados de crédito, que poderiam atender à cobertura de investimentos produtivos de longa maturação, particularmente na desobstrução dos gargalos em infraestrutura.

A segunda perna abrangeria modificações no arcabouço financeiro em bases contemporâneas, objetivando, no limite, a radicalização da concorrência e a quebra do poder de mercado exercido pelas entidades de grande porte. Por essa perspectiva, será vital a revisão dos instrumentos de indexação, incompatíveis com os tempos de desaparecimento

da hiperinflação inercial, e a incorporação de alterações no gerenciamento da dívida pública, especialmente dos critérios de remuneração e de fixação de prazos de vencimentos ou de resgate dos ativos financeiros.

Nesse último ponto, restam poucas dúvidas quanto à necessidade de tratamento especial às captações de longo prazo, em detrimento das de curto termo, lastreadas nas letras do tesouro, mas recheadas de papéis privados que só fazem aprisionar a poupança financeira nacional nas celas do *overnight*.

A decisão do governo de furar o piso de remuneração dos novos depósitos em cadernetas de poupança, por edição de Medida Provisória em maio de 2012, visa simplesmente assegurar competitividade às outras aplicações *vis-à-vis* à poupança, durante o curso de queda da Selic.

Na verdade, a substituição do rendimento nominal de 6,17% a.a., somado à taxa referencial de juros (TR), por 70,0% da Selic (mais TR), sempre que esta for igual ou inferior a 8,5% a.a., mantendo os benefícios plenos, particularmente a isenção de impostos e o risco zero determinado pela liquidez imediata, não constitui qualquer alteração radical no *status quo* financeiro.

Ao contrário, a quebra das expectativas de obtenção de maior rendimento pode conduzir a uma retração nos fluxos de haveres para as cadernetas e, por extensão, dos montantes dirigidos ao financiamento habitacional, que absorvem 65,0% do total carreado pela poupança.

É claro que governo e Congresso estão convidados a protagonizarem essa nova cena. Até porque a ciência econômica permanentemente contradiz a tese de que os juros podem contrair por meio da edição de decretos ou gritos.

ASPECTOS DA PROTEÇÃO À INDÚSTRIA AUTOMOTIVA NO BRASIL

Guilherme Amorim*
Matthew Fry**

O vigor do mercado brasileiro de automóveis em anos recentes, impulsionado pelo crescimento da massa de rendimentos e expansão de crédito, tornou-o particularmente atraente diante da recessão dos países que sediam as principais montadoras do mundo e da ascensão das indústrias automotivas chinesas, que se tornaram mais sofisticadas e capazes de competir internacionalmente. O grau de abertura comercial atualmente apresentado pela economia brasileira, com inéditos coeficientes de penetração de importações e de utilização de insumos importados, se reflete na indústria de transformação. Virtualmente todos os seus ramos têm passado por internacionalização de cadeias produtivas e crescente exposição à competição internacional. A relativa estabilidade cambial e a retração na demanda em economias com indústrias tecnologicamente refinadas contribuem para a exequibilidade do processo.

Em 2012, segundo estudo da consultoria PricewaterhouseCoopers, a oferta mundial de veículos será muito inferior à capacidade instalada. As indústrias podem fabricar cerca de 102,9 milhões de automóveis e comerciais leves, mas os planos das montadoras indicam que não mais do que 79 milhões de unidades serão produzidas.

O Brasil, a despeito de limitações dadas pelo endividamento das famílias, mostra-se um mercado promissor. No ano passado, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram licenciados 3,6 milhões de automóveis, volume 3,4% maior do que o registrado em 2010. O licenciamento de veículos fabricados no País caiu 2,8% e o de importados cresceu 30%.

Em setembro do ano passado, decreto elevou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em 30% para veículos importados – exceção àqueles oriundos do Mercosul e México – e para os que, fabricados no País, tivessem índice de nacionalização inferior a 65%. Esse esforço algo estulto para limitar a importação foi restringido por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que a Constituição Federal exige que tal alteração de alíquota respeite intervalo de 90 dias entre publicação e vigência. A cobrança foi suspensa até dezembro. À época, ficou clara a dissonância entre o Itamaraty, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) ante a forma atabalhoada com que a alteração foi implantada. Em princípio, a medida vigoraria até o final de 2012.

A segunda grande reação protecionista ocorreu em março deste ano, quando o governo manifestou, de forma muito pouco diplomática, intenção de alterar drasticamente o Acordo Automotivo com o México ou abandoná-lo por completo. O tratado foi firmado em 2003 e até 2010 havia registrado superávits brasileiros. Em 2011, a importação brasileira cresceu 64% em relação ao ano anterior e o saldo foi favorável ao México pela primeira vez (US\$ 1,55 bilhão). Esse comércio bilateral de automóveis é majoritariamente realizado pelas montadoras instaladas nos dois países, com o objetivo de otimizar o uso de plataformas e reduzir custos. Veículos de baixo valor são produzidos nas linhas de montagem do Brasil e aqueles tecnologicamente refinados, mais caros, fabricados em menor volume nas plantas mexicanas.

O Acordo realmente precisava ser revisto, principalmente no tocante à definição de índices de nacionalização. Um veículo era considerado mexicano se 30% de suas peças fossem fabricadas localmente. Por outro lado, 65% do custo de fabricação realizado no Mercosul tornava um carro brasileiro – recursos investidos em pesquisa e publicidade, no entanto, eram contabilizados na fórmula do bloco. Peculiaridade do mercado mexicano, a permissão de importação de veículos usados, principalmente dos Estados Unidos, é também fator que merecia ponderação.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

** Estudante visitante da George Mason University.

Finalmente, chegou-se a uma revisão que impôs limites à isenção de tarifas de importação durante o próximo triênio (US\$ 1,45 bilhão nesse primeiro ano, US\$ 1,56 bilhão no ano seguinte e US\$ 1,64 bilhão até março de 2015). A partir de então, voltará a vigorar o texto acordado em 2002. A implementação também logrou elevar imediatamente o conteúdo nacional dos veículos mexicanos para 35% e, até 2016, para o patamar de 40%.

Os negociadores brasileiros não conseguiram que a inclusão do comércio de ônibus e caminhões aos termos do Acordo, agendada para 2020, fosse antecipada em cinco anos. Nessas categorias de veículos, a produção nacional é mais competitiva. Declarações duras do lado brasileiro dificilmente serão esquecidas e é incerto o impacto dessa revisão sobre outras negociações em curso com o México, no setor de serviços e na facilitação de comércio. Falta ainda clareza nas regras de divisão das cotas entre as empresas. Enquanto o MDIC defende que o rateio será decidido pelas montadoras do país fabricante, a Anfavea acredita que as cotas serão negociadas pelos importadores. Essa questão normalmente é definida pela participação de cada indústria no mercado local, e a disparidade entre os pesos relativos não é desprezível. A Nissan, por exemplo, é a principal fabricante do México e detinha a décima segunda maior participação no mercado brasileiro ao final do ano passado.

Poucos dias após a formalização dessas mudanças e no bojo de medidas de incentivo à indústria de transformação – maior volume disponível para empréstimos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), substituição da contribuição patronal de 20% sobre os salários por tributo sobre o faturamento (limitado a 1%) e adiamento da cobrança do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – o governo lançou um novo regime automotivo.

Válido para o período entre 2013 e 2017, a terceira reação protecionista mostrou-se mais complexa. O novo programa se baseia na cobrança de IPI com alíquota de 30% durante os próximos cinco anos, quatro a mais do que rezava o decreto de setembro. Para não pagarem a sobretributação, as montadoras devem seguir um conjunto de exigências: investimento igual ou superior a 0,15% e a 0,5% do faturamento bruto em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e em engenharia e tecnologia, respectivamente, realização no Brasil de oito das doze etapas de produção do automóvel, e inclusão de etiqueta com informações sobre eficiência energética nos veículos.

Os percentuais exigidos de investimento em P&D e tecnologia industrial deverão crescer anualmente, até 2017. O número de etapas de produção realizadas no Brasil deve subir de oito para dez no final do período. Há ainda desconto no IPI para aquelas empresas que utilizarem maior coeficiente de peças nacionais e superarem as metas de investimento em pesquisas. Para além disso, o critério que define conteúdo nacional mudará em 2013 – levará em conta apenas o conjunto de peças e componentes e 55% deles deverão ser fabricados no Mercosul. As montadoras que assinarem termos de compromisso de instalação de plantas no Brasil terão direito a créditos de abatimento do IPI, mas somente poderão utilizá-lo quando do início da produção local.

Os mecanismos de fiscalização desse modelo de produção e a equação que define o montante de abatimento ainda inexistem. Os parâmetros para definição de cotas de importação para empresas com planos de produção local não foram estipulados. Anunciou-se para os próximos meses um conjunto de medidas de estímulo à produção de autopeças. A Medida Provisória que instituiu o novo regime criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a ser administrado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e, *a priori*, financiado pelas montadoras. Tal fundo investiria em centros de pesquisa para desenvolvimento local de componentes. A incerteza quanto às regras e a complexidade de aferição no cumprimento das exigências põem em risco a credibilidade das autoridades envolvidas e denotam, mais uma vez, improvisação.

É discutível se esse afã protecionista gerará algum benefício palpável no longo prazo. Certamente não melhorará a competitividade no curto e médio prazos. Tome-se o exemplo dos automóveis chineses: sua participação no mercado brasileiro não é efêmera e tampouco constitui fenômeno isolado. Legislação concernente à segurança e à proteção ambiental limita a rápida inserção de veículos chineses na Europa e nos Estados Unidos. Esses mercados maduros, ademais, passam por ajustes deflacionários e níveis de desemprego que restringem a aquisição de bens de consumo duráveis. No entanto, África, América Latina e Ásia têm sido os destinos prioritários dos carros chineses. A exportação de automóveis e

veículos de carga cresceu 50% em 2011 e alcançou 849 mil unidades, de acordo com a Associação dos Fabricantes de Automóveis da China. A competição com montadoras chinesas levou companhias ocidentais a distribuírem veículos produzidos na China em mercados outrora atendidos com produção regional ou oriunda do país-sede. Embora seja inviável competir com o ainda reduzido custo de mão de obra e as economias de escala dos fabricantes chineses, a disputa de preços – em economias de mercado – é nivelada por custos logísticos e tarifação.

Ao longo de 2012, mesmo com a redução das taxas de juros, o mercado interno brasileiro deve passar por um período de acomodação. De acordo com dados do Banco Central, no final do primeiro trimestre do ano, os atrasos entre 15 e 90 dias representavam 8,5%, e 5,7% dos empréstimos para aquisição de veículos novos registravam atrasos de pagamento superiores a 90 dias, nível de inadimplência sem precedentes. No final de 2010, a porção de contratos com parcelas vencidas e não quitadas há mais de 90 dias respondia por 2,5% dos financiamentos. A inadimplência tem restringido a concessão de crédito. Atualmente, segundo a Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (ANEF), metade dos pedidos de empréstimo é negada – a rejeição representava cerca de 33% das requisições no final do ano passado. Essa elevação na inadimplência pode ser explicada pela gigantesca produção de 3,4 milhões de automóveis e veículos comerciais leves no ano passado, o que gerou pressão das montadoras por critérios menos rigorosos de concessão. Avaliações de crédito menos exigentes evitaram a formação de grandes estoques de veículos, mas geraram, com defasagem, maior estoque de dívidas.

A competição internacional, alimentada por câmbio favorável, levou as montadoras estabelecidas no Brasil a pressionarem o governo, que impôs barreiras em claro desacordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). A longa cadeia de produção de automóveis tem capilaridade e poder de geração de renda admiráveis, mas duas questões se apresentam: o que acontecerá se a OMC agir com rara expediência e julgar que o plano viola as regras da entidade? Mais importante: qual o plano de contingência para quando montadoras fizerem as contas e desistirem de investir?

RESULTADOS PRELIMINARES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARANAENSE EM 2012

Francisco José Gouveia de Castro*

A pesquisa mensal de previsão e acompanhamentos de safras, realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), reduziu a expectativa de produção de grãos na safra 2011/2012 no Paraná. O Estado deverá produzir 27,9 milhões de toneladas entre as safras de verão e inverno, registrando decréscimo de 13,9% em relação ao ano agrícola. Devido a isso, a participação do Paraná na produção de grãos nacional recuará de 19,9% para 17,5%, confirmando a segunda colocação no ranking brasileiro, atrás de Mato Grosso, com 22,5% (tabela 1).

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS⁽¹⁾ - UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BRASIL - 2010/2011 E 2011/2012

UF	PRODUÇÃO (toneladas)				VARIÇÃO (%)
	2010/2011 Previsão ⁽²⁾	Part. (%)	2011/2012 Estimativa ⁽³⁾	Part. (%)	
Mato Grosso	30.949,1	19,0	35.888,0	22,5	16,0
Paraná	32.444,6	19,9	27.921,1	17,5	-13,9
Rio Grande do Sul	28.824,0	17,7	20.834,3	13,1	-27,7
Goiás	16.126,0	9,9	18.293,6	11,5	13,4
Minas Gerais	10.653,0	6,5	11.867,0	7,5	11,4
Mato Grosso do Sul	9.124,9	5,6	9.638,9	6,1	5,6
São Paulo	6.911,4	4,2	7.380,4	4,6	6,8
Bahia	7.340,8	4,5	7.351,2	4,6	0,1
Santa Catarina	6.442,5	4,0	5.501,7	3,5	-14,6
Maranhão	3.308,5	2,0	3.525,2	2,2	6,5
Piauí	2.262,3	1,4	2.667,7	1,7	17,9
Tocantins	2.244,7	1,4	2.400,1	1,5	6,9
Outros	6.172,9	3,8	5.935,7	3,7	-3,8
Brasil	162.804,7	100,0	159.204,9	100,0	-2,2

FONTE: CONAB

(1) Algodão, amendoim, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

(2) Dados preliminares.

(3) Dados estimados.

A estiagem severa, que atingiu o Estado entre dezembro e fevereiro, terá impacto sobretudo nas lavouras de soja, com declínio de 35,6% na produção, de 15,4 para 9,9 milhões de toneladas. Já o milho, o sorgo e o centeio devem apresentar crescimento nas quantidades produzidas de, respectivamente, 16,3%, 11,7% e 10% (tabela 2). O decréscimo total será maior que a produtividade, que diminuirá 33,5%, de acordo com a previsão da CONAB, e menor na área colhida, com retração da ordem de 3,1%. O milho deverá saltar de 12,2 para 14,3 milhões de toneladas, devido à expansão de 15,3% da área colhida e de 0,8% da produtividade, em relação à safra 2010/2011.

TABELA 2 - PRODUÇÃO DE GRÃOS SEGUNDO PRODUTOS - PARANÁ - SAFRAS 2009/2010 A 2011/2012

PRODUTO	PRODUÇÃO (mil toneladas)			VARIÇÃO (%)	
	Safra 2009/2010	Safra 2010/2011	Safra 2011/2012	b/a	c/b
Arroz	169,3	190,5	162,4	12,5	-14,8
Aveia	85,0	143,8	112,7	69,2	-21,6
Centeio	1,1	1,0	1,1	-9,1	10,0
Cevada	125,2	195,8	195,6	56,4	-0,1
Feijão	794,2	821,2	683,0	3,4	-16,8
Milho	13.443,3	12.247,7	14.239,5	-8,9	16,3
Soja	14.078,7	15.424,1	9.932,1	9,6	-35,6
Sorgo	6,0	6,0	6,7	0,0	11,7
Trigo	2.540,7	3.314,8	2.501,0	30,5	-24,6
Triticale	88,0	64,3	63,7	-26,9	-0,9
TOTAL	31.331,5	32.409,2	27.897,8	3,4	-13,9

FONTE: CONAB

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Cabe citar os desempenhos menores do trigo, aveia, feijão e arroz, cujos declínios da produção deverão atingir 24,5%, 21,6%, 16,8% e 14,7%, respectivamente. No caso do feijão, a estimativa considera as condições normais de clima durante o desenvolvimento das segunda e terceira safras cultivadas no Estado. Apesar da queda na produção, o Paraná deverá permanecer como o maior produtor de feijão do País, representando 18,6% da produção nacional.

Dentre os produtos não pertencentes à categoria dos grãos, mas que apresentam elevada participação na pauta agrícola do Paraná, cabe destacar a *performance* da cana-de-açúcar e do fumo. Para a cana, observa-se a diminuição do ritmo de crescimento do processo de incorporação de terras ao sistema agroindustrial sucroalcooleiro, registrando diminuição de 0,42% na área em relação à safra 2011, reduzindo de 649 mil hectares em 2011 para 645,6 mil estimados para 2012. Assim, os resultados sinalizam estabilização dos espaços incorporados para a produção sucroalcooleira e aumento da produtividade em 5,8% em relação à safra anterior.

Quanto à safra do fumo, as estimativas apontam queda de 8,9% na área planta e 11,9% na produção, em função da estiagem que acometeu o setor no início do ano.

Os efeitos financeiros da estiagem no Estado só não serão maiores por conta das elevadas cotações da soja no mercado internacional. A restrição de oferta, em razão da seca que atingiu Argentina, Paraguai, África do Sul e estados da Região Sul brasileira, além da redução do plantio nos EUA, acoplada à demanda aquecida, impulsionaram os preços da soja para patamares recordes para esta época do ano.

No mercado paranaense, segundo a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), a média de preços da soja no primeiro trimestre foi de R\$ 44,61 por saca contra R\$ 44,85 no mesmo período de 2011, o que é considerado remunerador, já que o custo de produção de uma saca de soja é de R\$ 36,75.

Segundo o índice ESALQ/BM&FBovespa, as cotações da soja seguem em elevação nos mercados interno e externo. Os contratos futuros de soja na Bolsa de Chicago ultrapassaram US\$ 15 por *bushel* pela primeira vez em quatro anos, e, entre o início de janeiro e o início de abril de 2012 a valorização da saca de 60 kg com embarque no porto de Paranaguá foi de 22,02%. Enquanto se mantém acima de US\$ 14 por bushel nos pregões norte-americanos, a saca de 60 quilos do produto não é negociada por menos de R\$ 50 desde março no Estado. Em Ponta Grossa o produto nem sequer entra nos armazéns. Os negócios estão sendo efetivados a R\$ 57 a saca, bastante acima das maiores médias históricas.

Em contraposição, a oferta elevada de milho segue pressionando a cotação para baixo. Segundo o indicador ESALQ/BM&FBovespa, o preço caiu 16% em relação ao do início do ano, fechando a R\$ 25,3 a saca de 60 kg em 23 de abril. Em linha semelhante, a cotação do açúcar registrou queda de 15,3% por saca de 50 kg, do início do ano até abril.

Todavia, parte desse cenário compensatório pode ser creditado ao componente especulativo, reflexo do baixo retorno dos títulos soberanos, atrelados às reduzidas taxas de juros adotadas pelos principais bancos centrais do mundo.

Na verdade, o fator preço das *commodities* será determinante nos resultados do PIB paranaense em 2012, uma vez que, de acordo com o Ministério da Agricultura, o Valor Bruto da Produção (VBP) do setor agrícola do Estado alcançará R\$ 26,6 bilhões neste ano, com aumento real de apenas 0,4% em relação a 2011 (tabela 3). Devido ao declínio do VBP da soja em 24%, o produto apresentará perda de importância relativa no VBP estadual. Por outro lado, o milho assinalou a expansão mais acentuada da pauta agrícola do Paraná, crescendo 63% na renda de 2012 em relação à safra de 2011.

TABELA 3 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - PARANÁ - 2010-2012

PRODUTO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO			
	2010	2011	2012	Var. (%) 2011-2012
Arroz	128.537.778,67	105.595.749,57	92.410.450,00	-12,5
Café	796.809.321,02	921.389.515,49	886.481.917,94	-3,8
Cana-de-açúcar	1.843.250.648,96	2.673.018.074,28	2.985.893.829,50	11,7
Feijão	1.218.121.222,02	1.127.130.506,68	1.020.959.100,00	-9,4
Fumo	1.124.449.823,83	889.504.569,00	728.084.960,00	-18,1
Mandioca	999.129.644,19	1.107.302.122,19	833.032.051,20	-24,8
Milho	3.963.233.571,31	5.375.808.040,04	8.769.509.840,00	63,1
Soja	10.414.663.456,61	11.134.386.628,81	8.404.275.600,00	-24,5
Trigo	1.709.961.792,04	1.081.198.838,68	975.963.880,00	-9,7
TOTAL	24.312.282.920,45	26.511.121.842,19	26.621.507.550,04	0,4

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA

NOTAS: Dados elaborados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

FGV - Preços Recebidos pelos Produtores.

Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV - janeiro/2012.

Os efeitos negativos da estiagem do final de 2011 e início de 2012 serão amenizados pela elevada cotação dos preços da soja e pela performance da produção do milho. De fato, segundo informações divulgadas pelo *United States Department of Agriculture* (USDA), os Estados Unidos venderam 1,56 milhão de toneladas de milho que deverão ser colhidas até agosto deste ano. Porém, como os estoques norte-americanos estão nos níveis mais baixos dos últimos 16 anos, o mercado considera a possibilidade de estes permanecerem declinando até o fim da safra.

Em relação à soja, a forte demanda chinesa sustenta as cotações do produto. Segundo o USDA, os rebanhos da China consumirão cerca de 46,5 milhões de toneladas de farelo de soja este ano, 24% a mais que dois anos atrás. Tais constatações indicam o crescimento da demanda por grãos ante a retração da oferta, o que continuará pressionando os preços das *commodities* agrícolas ao longo de 2012.

ETHANOL: POTENTIAL FOR US/BRAZIL COOPERATION

Matthew Fry*

Renewable energy is of greater interest globally today than ever before, due to dwindling fossil fuel supplies and climate change increasing concern for the environment and demand for cleaner energy. Fuel prices are increasing (table 1) all over the world and effecting the global economy. This need for clean sources of renewable energy presents an opportunity for international governments and private industry alike. Recent difficulties in the global economy can be aided by the development of these new technologies. Business relationships between multinational companies and governments will be formed and strengthened through collaboration, research and development.

TABLE 1 - ANNUAL PETROLEUM AVERAGE CRUDE PRICE -
1991- 2011

ANO	Price (US\$)
1991	19.37
1992	19.04
1993	16.79
1994	15.95
1995	17.20
1996	20.37
1997	19.27
1998	13.07
1999	17.98
2000	28.23
2001	24.33
2002	24.95
2003	28.89
2004	37.76
2005	53.35
2006	64.27
2007	71.13
2008	97.04
2009	61.78
2010	79.03
2011	110.95

SOURCE: International Monetary Fund/International Financial
Statistics (FMI/IFS)/IndexMundi.com

Currently the world is dependent on fossil fuels, a deminishing resource. Globally there is about 1.4 trillion barrels in proven reserves. The majority of proven reserves are located in The Middle East (801 billion barrels) lead by Saudi Arabia with approximately 262 billion barrels, Venezuela (211 billion barrels), and Canada (175 billion barrels) respectively. The American Petroleum Institute estimated in 1999 at the current rate of use the world will have consumed all available supplies between the years 2062 and 2094. It is unlikely that the world will ever actually run out of oil, at least not in a physical sense, this estimate may fail to take into account elasticity in supply and demand curves. The supply of oil will change, on a downward trend but it will rise and fall as new supplies become available. One example of this is the, estimated 4 billion barrels of oil reported by Cairn Energy off Greenland's coast that was uncovered by ice melt due to global warming. As the supply of oil deminishes the result will be increasingly expensive oil prices, as we have seen in recent years. As oil becomes too

* Estudante visitante da
George Mason University.

expensive people will use less and less reflected by a shift in the demand curve. At some point, before the world's oil supply is exhausted, substitutes, which ethanol is an example of, will become the standard because they will be more economically viable than oil. It is in the best interest of both Brazil and the United States to do what they can to be ahead of this and be the supplier of the most accepted substitute. Another concern for the US and Brazil is that only 3 of the world's top 20 nations with large oil reserves are democratic. Venezuela, with the second largest proven oil reserve, is currently regarded with political instability in the Americas.

These facts make renewable energy of growing global concern. The US and Brazil are the two largest economies in the Americas, both countries are democratic and both are leaders in the region. In 2007 the US and Brazil signed the Memorandum of Understanding (MOU) to promote greater cooperation on ethanol and other biofuels in the Western Hemisphere. The US and Brazil represented roughly 87% of total global fuel ethanol production. Both countries have a vested interest in limiting dependence on fossil fuels and politically they both benefit from limiting imports of foreign oil from non-democratic sources. If global demand for US-Brazilian ethanol grows, both countries stand to benefit economically from the exports of ethanol, which the two countries have a comparative advantage in producing given the necessary resources for production.

Many analysts argue that the US would benefit from having more energy producers in the region because it will further relieve dependence on foreign oil and increase the supply of alternative energy allowing it to meet demand and relieve shortages. Working together with Brazil provides an ally in the region who is growing more powerful. This would help unite the region and improve the image of the US in South and Central America. Reduction of dependence on foreign oil would reduce the influence of Venezuela and Venezuelan President Hugo Chavez on the region. Brazil stands to further its goal of developing ethanol into a globally traded commodity.

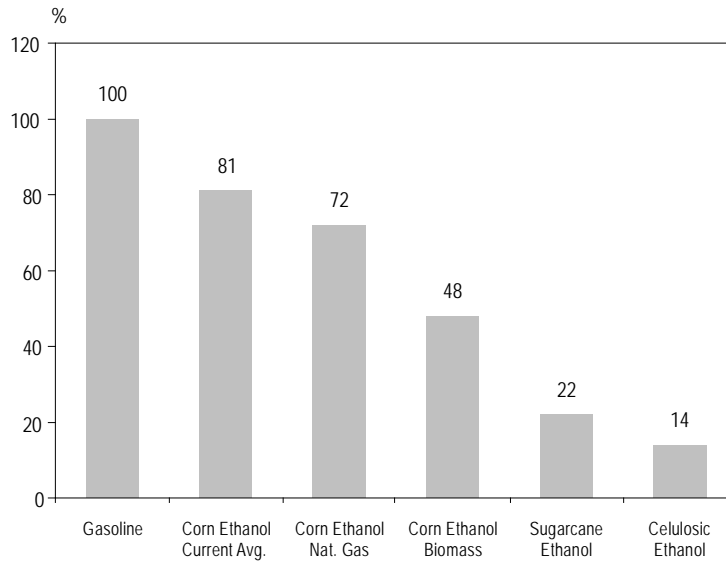
Ethanol is essentially alcohol produced primarily from corn in the US and sugarcane in Brazil. In Brazil, Sao Paulo state is the main area responsible for the growth of sugarcane and production of ethanol, where integrated sugar plantations and cane mills produce both refined sugar and fuel ethanol. In the US most of the ethanol from corn is produced in the midwest where corn feedstock is grown. The main steps for production of ethanol from either commodity are:

- separation of fermentable sugars;
- yeast is added to aid in fermentation;
- alcohol produced by fermentation is distilled resulting in hydrous ethanol.

Finally the hydrous ethanol is dehydrated into anhydrous ethanol for use in gasoline.

Corn ethanol represents a 52% reduction in greenhouse gas emissions when compared with gasoline and sugarcane ethanol represents a 78% reduction when compared with gasoline. The difference is primarily due to the use of sugarcane bagasse (The fibrous matter remaining after sugarcane stalks are crushed and juices are extracted.) that results in the processing of sugar cane. Bagasse is burned to produce heat energy that powers the mills that produce ethanol. It provides all the energy needed for the operations of the mill as well as about 10% surplus electrical energy which is usually sold. Corn ethanol production requires outside sources of energy in its production. In the future cellulosic ethanol will cut the life cycle of greenhouse gases by 86% relative to gasoline. Cellulosic ethanol is ethanol produced from crop residues (e.g., stalks, hulls, etc.), forestry residues (e.g., forest thinning, wood byproducts, etc.), energy crops (e.g., switchgrass, sorghum, etc.), and sorted municipal waste. One of the limitations of ethanol from corn and sugar cane is that they are made from less abundant sources, they are limited to how much can be produced given factors like limited land mass. Cellulosic ethanol comes from far more abundant sources and is made from many things that would otherwise go unused. Cellulosic ethanol research is one area in which Brazil and the US can work together to advance the ethanol industry. It is unlikely that ethanol alone would be a panacea, at this point ethanol will not completely replace fossil fuels but it provides a viable substitute for petroleum products reducing dependence and representing a large reduction in the lifecycles of greenhouse gases (chart 1).

CHART 1 - GREENHOUSE GAS EMISSIONS RELATIVE TO GASOLINE



SOURCE: US Department of Energy

The signing of the MOU represents a commitment from the US and Brazil to (1) advance research and development bilaterally, (2) help build domestic biofuels industries, and (3) work multilaterally to advance the global development of biofuels. Recently one major obstacle to US-Brazil cooperation on biofuels was relieved as the US lifted its tariff on Brazilian ethanol imports on January 1, 2012. The tariff prevented Brazilian producers from competing with US producers in the United States market place. Complimentarily the US Congress also refused to extend the \$.46 per gallon subsidy for US producers that had been present for the past 3 decades. The tariff was lifted and subsidies were ended in an attempt to cut the budget as ethanol subsidies cost the US about \$6 billion last year. The decision has helped warm relations for US-Brazilian collaboration in the realm of cooperative energy development. Other obstacles remain but the decision represented a huge step forward for US-Brazilian relations.

Much of the resistance to the use of ethanol and cooperation in general also comes from the US and arguments by skeptics that increased cooperation will harm US producers, a worry affirmed by the subsidies and tariffs recently lifted. Concerns also exist that increased use of ethanol will drive up the price of food and livestock feed. Other skepticism related to potential environmental impacts that the increased use and production of ethanol may have also exists. More opposition to the use of ethanol argues that the nonrenewable energy required to produce ethanol is greater than the energy ethanol produces as a fuel. Obstacles on the part of Brazil seem to be resistance to unrelated policies set forth by the US government, for example a subsidy provided to US cotton producers, just one example of what has been described as an ongoing trade war between the US and Brazil. A WTO decision in 2005 allowed "cross-retaliation" on sectors not involved in the dispute over cotton subsidies. The cross-retaliation distributes the \$591 million in tariffs to US imports over a list of approximately 100 US goods to maximize its impact. This dispute is one typical of the hot and cold relationship between the US and Brazil throughout its history. A temporary agreement was signed between the US and Brazil to begin the reduction and eventual eradication of subsidies and tariffs, but to date the dispute remains effecting all areas of cooperation between the two countries, coloring all forms of negotiation, and impeding progress in cooperative development.

As for the objections of skeptics of cooperation and use of ethanol based on environmental and efficiency concerns, most have been addressed or negated through studies and analysis. According to The US Department of Energy all forms of ethanol are significantly cleaner burning in terms of greenhouse gas lifecycle than gasoline (chart 1). From the growing of crops, to the production of ethanol greenhouse gases produced are at minimum 52% less than gasoline. Much of the greenhouse gases produced in the manufacture are absorbed

through photosynthesis by the crops themselves. Ethanol is however less efficient than gasoline when burned resulting in a decrease in miles per gallon. In Brazil it is well known that it is only financially advantageous to use ethanol if the price of ethanol per litre is 70% or less than that of gasoline. In terms of fossil energy, even corn ethanol has a positive energy balance. Ethanol requires less energy to produce than the potential energy of the ethanol. Most studies that claim a negative energy balance fail to take into account the energy contained in co-products like bagasse, hulls, stalks, and animal feed. Although flex fuel vehicles see a significant decrease in fuel economy due to the properties of ethanol and a much higher octane rating, they experience a significant increase in horsepower.

The higher octane ratings make ethanol a good option for use in racing fuels and in aviation fuels. On March 19, 2011, The Ministry of External Relations of Brazil and The U.S. State Department announced the launch of the Partnership for the Development of Aviation Biofuels with the following goals:

- a) to endorse the development of sustainable biofuels for aviation reducing aviation greenhouse gas emissions;
- b) to coordinate efforts toward the creation of common standards and specifications in aviation biofuels;
- c) to strengthen private sector relationships in enterprise as well as academic circles through the creation of a favorable environment for cooperation, study and development of aviation biofuels;
- c) and to provide for multilateral adoption of standards, use and trade of aviation biofuels internationally.

The two intend to cooperate through funding on a project-by-project basis, consistent with each governments internal process, exchange experts and non-proprietary data relevant to the goals of the program, and provide a report of relevant progress. In accordance with the MOU the program represents progress between the two countries toward attaining the goals the countries have in common.

While China recently overtook the US as the world's largest energy consumer, the US remains by far the number one in per capita energy use and remains the number two overall energy consumer. The average US citizen burns 5 times more than the average Chinese citizen. Brazil, with a growing economy and population, is also consuming more and more energy. Empresa de Pesquisa Energetica recently predicted an annual growth in Brazil's demand for energy to be an average of 4.5% annually for the next decade. In the past, the world's largest energy consumer and the world's largest economy went hand in hand, but the US remains the world's largest economy while China is the world's largest energy consumer. It seems that the race to the top has become a race to the bottom. Now nations are looking to produce more efficiently and generate more wealth while using less energy. In this regard the United States and Brazil have much to learn from one another and even more that they can learn together.

Ethanol is one very promising technology that the two countries can use to reach their respective efficiency goals and, once internationally accepted, can trade globally to improve both economies. The use of ethanol globally is one step toward reducing the damage we cause to the environment while reducing our dependency on fossil fuels by expanding our use of an alternative fuel source. A mutually beneficial solution. For the US and Brazil ethanol research and cooperation will improve a valuable relationship in the region and strengthen the hold democracy has on the Americas.

AGROINDÚSTRIA

Cotriguaçu expande estrutura em Paranaguá e Cascavel

A Cotriguaçu, associação das cooperativas C. Vale, Coopavel, Copacol e Lar, ampliará sua capacidade de armazenagem no porto de Paranaguá. A capacidade de estocagem de grãos cresceu de 150 mil para 210 mil toneladas. A expansão custou cerca de R\$ 30 milhões e melhorará o fluxo de caminhões e trens no local. A Cotriguaçu mantém instalações no porto desde 1977.

Em Cascavel (Região Oeste), a central de cooperativas investe R\$ 50 milhões na construção de um centro de armazenagem e embarque, com o intuito de aumentar a utilização de transporte ferroviário.

LIMA, Marli. Cotriguaçu investe em Paranaguá. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 mar. 2012. Empresas, p.B13.

BR Frango inaugura abatedouro em Santo Inácio

Foi inaugurado no município de Santo Inácio, na Região Norte Central Paranaense, o primeiro abatedouro da BR Frango. O complexo demandou investimento de R\$ 120 milhões, sendo metade financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e será capaz de abater 210 mil aves diariamente. No próximo ano, a empresa planeja alocar mais R\$ 35 milhões nessa planta para duplicar sua capacidade. A estrutura inaugurada inclui linha de produção de ração, capaz de processar 18 mil toneladas mensalmente.

No segundo semestre, a BR Frango deve iniciar a construção de outro abatedouro no Estado do Mato Grosso. O plano de investimentos da companhia prevê a construção de cinco novos abatedouros e a aquisição de unidades no Sudeste do País, para atender ao mercado paulista. A estimativa de custo desses projetos, realizados até 2017, alcança R\$ 800 milhões.

FREITAS JR., Gerson. BR Frango traça expansão ambiciosa. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 abr. 2012. Empresas, p.B14.

GUILLEN, Fábio. Frigorífico prevê abrir 2,5 mil vagas no Noroeste. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 abr. 2012. p.16.

Coamo investirá R\$ 275 milhões em armazenagem e industrialização

A Coamo Agroindustrial, sediada em Campo Mourão (Região Centro-Occidental Paranaense), investirá aproximadamente R\$ 194 milhões em postos de recebimento e armazenagem até 2014. Quarenta unidades serão remodeladas e oito novas estruturas serão construídas, com o intuito de aumentar a capacidade de estocagem em 265 mil toneladas. As operações industriais da cooperativa receberão R\$ 81 milhões, alocados na construção de novo moinho de trigo e expansão da produção de gordura vegetal.

No ano passado, a Coamo registrou receita de R\$ 6 bilhões e seus produtos industrializados – margarina, óleo de soja, café e farinha de trigo – responderam por 10% desse montante.

LIMA, Marli. Cooperados aprovam plano de investimentos da Coamo. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 abr. 2012. Empresas, p.B14.

SCHELLER, Fernando. Gigante das *commodities* agora briga no varejo. *O Estado de S. Paulo*, 23 abr. 2012. Negócios, p.N4.

* Elaborado com informações disponíveis de 1.º/03/2012 a 30/04/2012.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

INDÚSTRIA

MVC investirá R\$ 30 milhões até 2015 e implantará nova fábrica no Paraná

A indústria de compostos plásticos MVC, sediada em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, elevou o montante de investimentos para o quinquênio 2010-2015 e alocará R\$ 30 milhões nesse período. No ano passado, a companhia registrou receita líquida de R\$ 121 milhões, o que representa crescimento de 15% sobre o ano anterior. A estimativa é de que a receita alcance R\$ 160 milhões em 2012 e R\$ 400 milhões em 2015.

O crescimento da MVC nos próximos anos está calcado em parcerias que possibilitem o acesso a novos mercados. Atualmente, a demanda da indústria automobilística responde por 80% de sua receita. A empresa iniciará em junho a produção de peças para trens na unidade de São José dos Pinhais, em associação com a BFG, companhia de capital barenita. O departamento de construção civil da MVC, que atualmente produz painéis capazes de substituir paredes de madeira ou alvenaria, será expandido através de parceria com a Stabilit, empresa mexicana. Essa associação levará à produção, em fábrica localizada em Caxias do Sul (RS), de perfis de plástico reforçado que substituem estruturas metálicas. A terceira associação será firmada para a fabricação de chapas prensadas para caminhões e tratores em nova planta a ser construída no Paraná. Estima-se que a nova unidade industrial entre em operação no início do próximo ano.

BUENO, Sérgio Ruck. MVC investe em parcerias para atingir receita de R\$ 400 milhões em 2015. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 mar. 2012. Empresas, p.B8.

JASPER, Fernando. Montadoras perdem espaço na MVC. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 1º abr. 2012. Economia, p.2.

VISUM DIVERSIFICA PRODUÇÃO

A indústria de produtos eletrônicos Visum, com plantas em Curitiba e Pato Branco (Região Sudoeste Paranaense), encerrou o acordo com a empresa taiwanesa Asus para produção de *notebooks* e investe para diversificar sua área de atuação. A Visum investiu R\$ 20 milhões em sua nova unidade em Curitiba, especializada em produtos de informática, e planeja alocar R\$ 15 milhões na fábrica de Pato Branco.

A produção da planta localizada no Interior é voltada para atender mercados que a empresa considera mais promissores, como o automobilístico, o bancário e o de geração e distribuição de energia.

LIMA, Marli. Sem a Asus, Visum encolhe para sobreviver. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 mar. 2012. Empresas, p.B3.

Klabin investirá R\$ 6,8 bilhões na produção de celulose

A Klabin investirá R\$ 6,8 bilhões na construção de seu novo complexo de produção de celulose, a ser instalado no município de Ortigueira (Região Centro-Oriental Paranaense). A expectativa é de que a nova planta entre em operação em 2015, com capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose anualmente. A unidade fabricará celulose de fibra curta, processada do eucalipto, e de fibra longa, que utiliza pinus como matéria-prima. No final de 2011, em parceria com a companhia chilena Arauco, a Klabin adquiriu 107 mil hectares de terras no Paraná, dentre os quais 63 mil estão cobertos de florestas. Em Ortigueira, a empresa possui 17,3 mil hectares de florestas.

Para o desenvolvimento desse projeto, uma nova companhia, batizada Klabin Celulose, foi criada. Ela será controlada pelo grupo Klabin e terá participação societária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em março, a companhia, o governo do Estado e os doze municípios que fornecerão madeira para a indústria realizaram acordo sobre a divisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ortigueira receberá 50% da cota-parte e a outra metade será dividida entre os demais municípios (Cândido de Abreu, Congoinhas, Curiúva, Imbaú, Reserva, Rio Branco do Ivaí, São

Jerônimo da Serra, Sapopema, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania). A partilha obedecerá aos seguintes critérios: quantidade de madeira fornecida à produção, população residente e grau de desenvolvimento registrado pelo Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM).

FADEL, Evandro. Klabin vai investir R\$ 6,8 bilhões em nova fábrica de celulose no Paraná. *O Estado de S. Paulo*, 23 mar. 2012. Economia, p.B12.

LIMA, Marli; FONTES, Stella. Paraná divide futuro ICMS da Klabin entre 12 prefeituras. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 mar. 2012. Empresas, p.B7.

RIOS, Cristina. Klabin escolhe Ortigueira para sediar nova fábrica. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 abr. 2012. p.19.

O Boticário expandirá fábrica em São José dos Pinhais

O Boticário, indústria de cosméticos e perfumes, expandirá sua unidade industrial em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. O projeto faz parte de um programa de investimentos de R\$ 500 milhões, a ser realizado nos próximos dois anos. O montante inclui a construção de uma nova fábrica e de um centro de distribuição na Bahia, e a ampliação do centro de distribuição em Registro (SP).

A empresa planeja a abertura de 250 lojas ao longo de 2012 e crescimento de 20% na receita. No ano passado, a companhia tornou-se a maior rede de franquias do País, com 3.260 lojas e faturamento de R\$ 5,5 bilhões.

RIOS, Cristina. Boticário investe R\$ 500 milhões. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 mar. 2012. p.19.

Eismann planeja expansão no Brasil

Estabelecida em Curitiba desde 2009, a indústria de alimentos Eismann, de capital alemão, planeja investir 50 milhões na próxima década. Especializada em produtos ultracongelados, entregues na residência do consumidor, a empresa estima receita de R\$ 5 milhões em 2012.

MARQUES, Luiz Felipe. Até 2022, Eismann investirá R\$ 113,8 milhões no Brasil. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 mar. 2012. Economia, p.8.

Duas novas indústrias em Palmeira

Localizado na Região Centro-Oriental do Estado, o município de Palmeira receberá investimentos de duas empresas paranaenses para construção de unidades industriais. Küerten Madeiras e Probel Colchões investirão, respectivamente, R\$ 40 milhões e R\$ 36 milhões na construção de plantas no distrito industrial da cidade. A prefeitura local cedeu os terrenos e realizou os serviços de terraplanagem.

SILVA, Maria Gizele. Industrialização do Interior depende de políticas públicas. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 08 abr. 2012. Economia, p.19.

Pro Tork produz motos em Siqueira Campos

A Pro Tork iniciou a produção de quatro modelos de motocicletas e de um modelo de triciclo de carga em nova planta, no município de Siqueira Campos, no Norte Pioneiro Paranaense. Fabricante de peças para motocicletas há 25 anos, a empresa investiu R\$ 50 milhões nas novas linhas de produção.

A unidade industrial inaugurada possui seis mil metros quadrados. A Pro Tork planeja montar 150 motocicletas por dia a partir de maio, e 400 unidades diárias até o final do ano. Todas as peças utilizadas são fabricadas no Brasil, com exceção do motor, importado da China. Atualmente, a empresa produz peças em seis fábricas e as exporta para 50 países.

MARTINS, Marco. Pro Tork quer 25% do mercado de motos em três anos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 abr. 2012. p.19.

Peróxidos do Brasil investirá US\$ 20 milhões em ampliação

Fabricante de peróxido de hidrogênio, a Peróxidos do Brasil investirá US\$ 20 milhões na expansão de sua fábrica em Curitiba. Controlada pelo grupo Solvay, de capital belga, a empresa planeja aumentar a capacidade anual de produção para 180 mil toneladas. Atualmente, a unidade curitibana é capaz de gerar 165 mil toneladas anualmente e cerca de 45% desse volume é destinado a indústrias de celulose.

Para atender à crescente demanda de outros ramos industriais, como o metalúrgico e o têxtil, a companhia executa o plano de expansão. A companhia também desenvolve tecnologia de produção em pequenas fábricas, a serem implantadas em áreas contíguas às instalações de seus principais clientes. A Peróxidos do Brasil registrou faturamento de R\$ 250 milhões no ano passado.

LIMA, Marli. Peróxidos do Brasil desenvolve 'minifábricas' de água oxigenada. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 abr. 2012. Empresas, p.B10.

SERVIÇOS

Siemens e PUC inauguram centro de pesquisa

Um centro de pesquisa para desenvolvimento de redes digitais de administração de energia elétrica, conhecidas como *smart grids*, foi implantado no Parque Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), em Curitiba. Fruto de parceria entre PUCPR e a Siemens, a unidade faz parte de investimentos em pesquisa – estimados em US\$ 600 milhões – realizados pela companhia alemã no Brasil.

JUNGES, Cíntia. Siemens volta a Curitiba com centro de pesquisa. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 20 abr. 2012. p.19.

Ouro Verde planeja investir R\$ 1,8 bilhão nos próximos dois anos

Empresa do ramo de aluguel de máquinas e equipamentos e de frotas de automóveis, a Ouro Verde pretende investir R\$ 1,8 bilhão até 2014, sendo R\$ 450 milhões alocados no ano corrente. A companhia pretende expandir o conjunto de carros passíveis de locação, dos 15 mil atuais, para pelo menos 20 mil. Também há planos para aumentar o rol de máquinas (caminhões, empilhadeiras, rebocadores, dentre outros), atualmente composto de 3,4 mil unidades.

RIOS, Cristina. Ouro Verde vai investir R\$ 1,8 bilhão até 2014. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 29 abr. 2012. Economia, p.19.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 ⁽¹⁾	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012 ⁽¹⁾	1 500	2 420	1 613	35 780	165 544	4 627	29 051	726 997	25 025

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 ⁽¹⁾	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012 ⁽¹⁾	69 625	93 269	1 340	653 023	52 160 305	79 875	57 800	221 783	3 837

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011 ⁽¹⁾	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012 ⁽¹⁾	462 990	695 070	1 501	73 115	152 433	2 085	180 733	4 013 899	22 209

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011 ⁽¹⁾	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012 ⁽¹⁾	2 942 403	16 367 273	5 563	4 446 606	10 884 752	2 448	785 445	2 258 626	2 876

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTAS: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2011

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Julho	245 922	28 951	47 393
1998	854 517	236 358	193 435	Agosto	233 291	27 815	46 412
1999	957 237	198 873	229 466	Setembro	232 140	31 644	46 126
2000	1 041 412	181 113	235 315	Outubro	224 600	31 111	46 455
2001	1 121 828	197 985	263 451	Novembro	221 656	27 764	45 675
2002	1 235 681	219 350	333 951	Dezembro	229 016	31 579	49 125
2003	1 344 398	219 774	359 139	2011 ⁽¹⁾	2 866 982	279 585	629 566
2004	1 557 656	276 808	340 645	Janeiro	228 175	21 329	45 270
2005	1 788 481	308 947	367 765	Fevereiro	227 467	20 637	45 795
2006	1 856 538	316 897	390 394	Março	248 135	23 633	51 843
2007	2 057 318	295 010	437 152	Abril	218 169	22 487	43 411
2008	2 480 908	279 609	454 340	Maiο	237 488	25 059	50 548
2009	2 489 061	282 220	509 156	Junho	233 006	23 759	46 637
2010 ⁽¹⁾	2 725 633	338 600	531 514	Julho	241 015	21 342	60 648
Janeiro	211 217	20 641	36 228	Agosto	249 963	21 460	62 635
Fevereiro	202 095	22 914	38 992	Setembro	241 461	21 183	61 548
Março	239 997	28 977	43 854	Outubro	244 109	24 829	53 038
Abril	225 476	27 639	42 257	Novembro	244 967	25 796	52 860
Maiο	232 068	28 791	43 956	Dezembro	253 027	28 070	55 333
Junho	228 155	30 774	45 041				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2012

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011 ⁽¹⁾	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 911	38,21	385 059	2,21	17 394 228
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maiο	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132
Junho	897 361	51,54	266 370	15,30	545 349	31,32	32 046	1,84	1 741 126
Julho	646 727	43,24	238 104	15,92	581 660	38,89	29 192	1,95	1 495 684
Agosto	817 671	44,84	290 316	15,92	670 794	36,79	44 571	2,45	1 823 353
Setembro	807 452	49,27	270 041	16,48	530 871	32,39	30 568	1,87	1 638 932
Outubro	595 757	42,69	161 819	11,60	597 683	42,82	40 412	2,90	1 395 671
Novembro	543 779	39,59	206 787	15,06	586 951	42,74	35 876	2,61	1 373 394
Dezembro	542 200	37,70	190 371	13,24	678 258	47,16	27 434	1,91	1 438 264
2012 ⁽¹⁾	1 715 338	44,73	417 199	10,88	1 623 900	42,35	78 236	2,04	3 834 673
Janeiro	505 985	44,82	137 019	12,14	466 341	41,31	19 497	1,73	1 128 842
Fevereiro	483 922	38,62	142 155	11,34	594 261	47,42	32 827	2,62	1 253 166
Março	725 431	49,94	138 024	9,50	563 298	38,78	25 912	1,78	1 452 665

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2012

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	- 752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 180	219 831	201 915 285	181 760 737	20 154 548
2011 ⁽¹⁾	17 394 228	18 767 042	- 1 372 813	256 039 575	226 233 045	29 806 530
Janeiro	864 680	1 283 620	- 418 939	15 214 353	14 816 974	397 379
Fevereiro	1 027 035	1 175 349	- 148 314	16 732 470	15 538 509	1 193 961
Março	1 327 415	1 348 425	- 21 010	19 285 977	17 732 079	1 553 898
Abril	1 567 543	1 454 539	113 004	20 172 977	18 311 826	1 861 151
Maio	1 701 132	1 679 667	21 465	23 208 657	19 684 785	3 523 872
Junho	1 741 126	1 651 753	89 372	23 689 079	19 259 241	4 429 838
Julho	1 495 684	1 452 989	42 695	22 251 877	19 113 650	3 138 226
Agosto	1 823 353	1 879 676	- 56 323	26 158 507	22 269 903	3 888 604
Setembro	1 638 932	1 749 579	- 110 647	23 285 058	20 212 198	3 072 860
Outubro	1 395 671	1 662 981	- 267 310	22 139 953	19 781 113	2 358 840
Novembro	1 373 394	1 825 099	- 451 706	21 773 463	21 196 577	576 886
Dezembro	1 438 264	1 603 365	- 165 101	22 127 204	18 316 189	3 811 015
2012 ⁽¹⁾	3 834 673	4 636 649	- 801 976	55 039 750	52 642 328	2 437 422
Janeiro	1 128 842	1 774 510	- 645 668	16 141 225	17 436 759	- 1 295 533
Fevereiro	1 253 166	1 256 628	- 3 462	18 027 792	16 313 621	1 714 171
Março	1 452 665	1 605 511	- 152 846	20 910 732	18 891 948	2 018 784

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2012

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11
Combustíveis e lubrificantes	91,72	94,09	110,19	117,46	121,97	119,36	99,75	102,36	104,67	103,54	104,07	100,00	99,43	94,96
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,90	77,08	72,65	70,22	78,27	72,79	77,22	82,30	85,45	89,23	94,33	100,00	93,75	88,16
Hipermercados e supermercados	79,06	77,72	73,50	71,10	79,28	73,12	77,47	82,60	85,62	89,44	94,36	100,00	93,87	88,08
Tecidos, vestuário e calçados	89,69	90,65	79,79	83,26	89,41	90,21	88,90	93,49	97,72	97,10	101,79	100,00	91,40	77,75
Móveis e eletrodomésticos	37,29	35,60	35,03	37,40	48,40	54,75	59,50	66,90	73,49	73,79	85,56	100,00	99,65	84,06
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,47	45,67	48,52	51,25	58,33	71,99	85,86	100,00	87,47	84,54
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,67	70,65	68,04	70,93	80,57	88,49	102,23	100,00	128,02	137,31
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,36	11,30	17,12	21,99	43,75	69,67	95,37	100,00	72,18	77,31
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,89	47,78	55,48	60,59	71,31	79,09	91,71	100,00	85,96	76,67
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,01	62,44	62,02	62,55	69,61	68,93	70,95	75,99	81,34	85,59	93,47	100,00	93,67	86,25

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)													
	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	
Combustíveis e lubrificantes	104,41	91,88	96,79	98,29	101,64	107,35	100,94	100,53	99,45	104,34	95,56	93,99	97,13	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	96,27	105,63	91,08	94,59	101,09	99,69	98,74	101,93	100,83	128,26	110,16	113,54	106,78	
Hipermercados e supermercados	96,32	105,68	90,91	94,55	101,05	99,64	98,77	101,98	100,63	128,53	110,82	114,31	107,32	
Tecidos, vestuário e calçados	88,09	100,01	107,39	97,95	92,28	94,46	94,23	93,57	94,84	168,03	84,39	91,20	77,57	
Móveis e eletrodomésticos	86,75	85,16	108,03	85,60	96,53	98,20	98,01	97,17	105,96	154,87	111,10	124,19	98,00	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	95,66	90,04	98,32	97,97	100,71	103,11	100,09	104,34	106,44	131,30	104,90	107,85	101,95	
Livros, jornais, revistas e papelaria	109,44	98,00	110,59	99,59	99,26	104,06	92,34	49,57	50,19	121,63	142,30	154,67	129,93	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	84,66	79,83	112,96	120,87	117,44	117,81	120,06	89,64	96,74	110,50	74,97	78,16	71,77	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	85,28	90,60	90,57	94,22	95,11	101,57	85,70	100,99	102,77	190,56	97,43	106,08	88,77	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	93,55	97,06	97,38	94,79	99,82	100,81	98,42	99,47	101,11	137,68	104,48	109,03	99,92	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2012

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																		
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12
Indústria de transformação	150,3	160,9	149,7	135,7	153,4	142,3	154,7	164,5	169,4	185,2	161,7	167,0	172,5	174,2	157,1	157,3	137,6	176,5
Alimentos	116,8	117,4	87,0	91,6	109,1	114,1	133,5	132,6	136,0	130,2	138,5	125,9	112,2	97,9	100,2	90,7	96,0	114,0
Bebidas	140,4	141,6	128,2	124,0	141,5	137,1	130,7	108,4	118,8	148,2	148,5	167,1	171,3	175,6	138,1	131,2	135,3	147,7
Madeira	80,1	87,1	77,8	74,3	83,4	79,6	82,4	82,1	95,8	95,5	97,2	99,4	98,8	79,7	96,4	96,8	90,0	102,3
Celulose, papel e produtos de papel	139,3	140,8	148,1	135,1	152,2	140,3	146,4	104,5	145,4	140,3	144,0	143,7	138,8	151,1	143,6	148,0	133,5	149,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	446,0	422,8	748,1	153,1	389,8	187,3	172,9	484,6	388,3	642,8	282,9	363,2	499,8	761,0	692,2	993,1	346,3	737,3
Refino de petróleo e álcool	91,7	102,8	93,1	81,4	82,7	102,2	115,1	109,0	109,3	117,3	111,3	107,1	109,3	95,6	96,2	96,2	95,2	97,3
Outros produtos químicos	66,9	68,5	70,8	72,4	54,5	58,9	78,4	79,5	79,9	62,6	69,7	68,3	66,6	60,9	57,1	70,5	52,7	48,0
Borracha e plástico	129,1	134,8	124,7	125,9	139,5	126,3	132,6	137,6	139,7	143,0	145,4	137,4	139,9	125,4	132,9	135,3	123,2	140,2
Minerais não metálicos	129,7	133,8	124,0	124,7	136,1	134,1	140,8	135,6	137,5	135,9	135,5	140,8	132,4	128,4	127,1	119,2	128,3	133,8
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	120,5	132,8	118,3	119,8	132,9	130,1	143,6	133,2	136,5	142,5	139,0	133,5	136,3	127,7	127,9	120,8	124,8	138,1
Máquinas e equipamentos	178,5	171,0	146,1	179,9	203,8	155,3	183,8	177,6	145,6	162,7	155,3	186,3	179,1	176,9	175,6	193,8	152,8	180,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	130,9	149,1	115,8	153,0	151,1	117,2	175,3	169,6	169,7	160,2	147,7	150,7	159,0	120,3	137,7	115,1	134,8	163,1
Veículos automotores	315,2	409,4	275,5	384,8	369,9	378,4	378,0	396,2	459,6	500,6	410,3	436,2	472,2	450,5	304,1	174,9	315,6	421,7
Mobiliário	108,6	102,7	100,8	103,8	93,7	85,1	98,1	95,9	102,2	112,4	110,8	109,7	113,7	106,3	97,1	91,2	93,5	106,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal Convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2012

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	109,9	104,2	105,5	107,4
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	68,4	67,9	66,6
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,4	104,7	106,0	107,9
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	152,2	155,0	161,8
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	205,7	278,4	293,5
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	84,6	85,8	86,3
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,3	87,8	91,6	89,7
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	92,0	89,9	91,0	91,5
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	31,9	31,2	31,6
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	134,1	132,8	133,7
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	180,3	185,2	218,9
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	101,2	100,7	99,4	97,4
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	77,9	78,6	81,5
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	126,6	127,5	128,1
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	82,2	82,9	83,7
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	123,1	127,3	124,7
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	166,1	164,1	164,9
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	121,3	124,3	128,7
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	159,2	160,1	162,7
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	63,4	64,0	65,9

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	Abr./11	Maio/11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12
Indústria geral	108,8	111,0	111,6	111,8	112,2	112,4	112,8	111,5	109,2	109,6	109,0	110,1
Indústrias extrativas	66,7	67,8	67,4	65,9	66,4	68,2	66,8	65,7	64,1	66,3	66,6	65,9
Indústria de transformação	109,4	111,6	112,1	112,4	112,7	113,0	113,3	112,0	109,8	110,1	109,6	110,7
Alimentos e bebidas	168,6	177,9	181,6	182,3	181,8	183,2	182,4	178,5	174,5	173,5	172,2	174,7
Fumo	302,4	279,9	172,8	100,4	98,2	93,2	101,6	106,8	110,8	231,4	215,1	247,7
Têxtil	87,3	87,4	87,2	86,6	86,1	88,7	89,9	91,9	88,8	93,6	92,7	94,6
Vestuário	88,5	89,7	88,2	88,7	89,3	89,1	87,6	86,4	83,5	79,5	80,6	78,4
Calçados e couro	91,7	95,9	92,6	95,8	93,1	91,1	90,9	89,3	90,7	90,6	91,1	90,1
Madeira	31,5	30,7	30,3	30,4	30,2	30,2	30,4	29,9	29,7	29,4	29,3	29,6
Papel e gráfica	133,1	132,4	135,8	137,5	134,9	135,0	135,2	135,9	135,1	135,0	135,5	134,6
Refino de petróleo e combustíveis	224,8	230,7	231,8	237,9	232,3	232,0	229,4	214,4	194,7	202,8	201,0	204,6
Produtos químicos	97,8	100,0	100,5	102,9	103,3	104,2	103,4	102,8	101,8	107,6	106,6	108,6
Borracha e plástico	80,9	81,1	78,7	79,3	79,7	80,7	81,3	81,9	79,4	78,4	78,8	77,9
Minerais não-metálicos	126,8	129,0	132,3	132,2	132,4	133,1	136,3	136,0	136,1	138,3	136,2	140,4
Metalurgia básica	84,1	83,9	84,5	84,1	84,8	85,9	88,2	88,6	88,4	89,1	88,9	89,3
Produtos de metal ⁽¹⁾	123,2	127,7	129,8	125,7	121,4	113,1	114,2	112,9	110,5	117,3	110,9	123,6
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	161,5	159,5	157,2	152,0	152,5	151,9	155,4	155,3	152,6	155,3	155,7	154,8
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	133,2	139,0	139,9	142,1	160,3	164,0	170,5	169,6	165,5	162,0	160,8	163,3
Fabricação de meios de transporte	165,9	168,0	168,9	172,0	172,5	173,3	175,6	174,4	170,2	171,0	171,4	170,7
Fabricação de outros produtos	69,0	68,9	69,3	69,5	69,3	70,3	69,2	67,7	67,2	67,4	67,5	67,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2012

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignoreado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	12 263	5 900	4 080	21 362	-26	-	43 579
Janeiro	3 983	3 819	-680	7 733	-202	-	14 653
Fevereiro	3 421	1 231	1 349	8 739	-665	-	14 075
Março	4 859	850	3 411	4 890	841	-	14 851

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2011

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010 ⁽³⁾	226 071	8,30	3 770 085	7,50
2011 ⁽³⁾	251 579	4,00	4 143 013	2,70

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

